

O Rei como primeiro entre seus pares: a realeza merovíngia e a Igreja Saint-germain-des-prés

Edmar Checon de Freitas¹
Universidade Federal Fluminense (UFF)
edmarcfeitas@gmail.com
Tomás de Almeida Pessoa²
Universidade Federal Fluminense (UFF)
tomasap@superig.com.br

Recebido em: 05/07/2017
Aprovado em: 15/12/2017

Resumo :

O presente artigo procura compreender como a construção de igrejas legitimava o poder da dinastia Merovíngia a partir da perspectiva da topografia do poder. Seguindo Jacques Le Goff, o conceito de rei medieval era composto por duas tradições: a tradição cristã do rei segundo a vontade de Deus e a tradição germânica do rei como primeiro entre seus pares. Nesse artigo nos concentraremos na legitimação do poder a partir da tradição germânica. Para isso, será feito um estudo de caso da Igreja Saint-Germain-des-Prés construída por Childeberto I (c.498-558) na segunda metade do século VI d.C.

Palavras-chave: Igreja – Realeza - Tradição Germânica.

Resumé:

Le présent article cherche à comprendre comment la construction d'églises légitimait le pouvoir de la dynastie Mérovingienne à partir de la perspective de la topographie du pouvoir. D'après Jacques le Goff, le concept du roi medieval était composé par deux traditions : la tradition chrétienne du roi selon la volonté de Dieu et la tradition germanique du roi comme premier entre ses pairs. Dans cet article nous nous concentrerons à la légitimation du pouvoir à partir de la tradition germanique. Ainsi, on fera une étude de cas de l'Église Saint-Germain-des-Prés construite par Childebert I (c.498-558) dans la deuxième moitié du sixième siècle.

Mots-clés : Église – Royauté - Tradition Germanique.

Introdução

No verbete “Rei” do Dicionário Temático do Ocidente Medieval, J. Le Goff argumenta que a concepção de realeza medieval era composta por duas tradições: a tradição cristã do rei segundo a vontade de Deus e a tradição germânica do rei como primeiro entre seus pares (LE GOFF; SCHMITT, 2006: p. 396-7). Iremos explicar por meio deste artigo como este aspecto do modelo de Le Goff pode ser utilizado para analisar a realeza merovíngia, mesmo que o próprio autor não pensasse assim e definisse seu começo na época carolíngia. Dessa maneira, nos concentraremos na tradição germânica e demonstraremos como a construção de igrejas pelos reis merovíngios fazia com que seu poder fosse legitimado pela mesma a partir do estudo de caso da Igreja Saint-Germain-des-Prés. Para que isso seja feito utilizaremos a perspectiva da topografia do poder defendida por autores como M. de Jong e C. Wickham (2001: p.1-8).

Na tradição Greco-romana, a cidade era vista como o local por excelência da política e por isso os membros da aristocracia nela habitavam, apesar de seu poder derivar de fato das propriedades no meio rural. Nos séculos IV e V existe um movimento cada vez maior de retirada da cidade para as propriedades rurais por parte dos aristocratas. Entretanto, a forma monumental e a forma ideológica da cidade romana foram conscientemente mantidas. Isso se deu porque os detentores de altos cargos (sejam os bispos, funcionários reais ou os próprios reis) continuaram a demonstrar sua autoridade e a de suas instituições no meio urbano. Isso ocorreu, fundamentalmente, pela concentração populacional que ainda existia nas cidades. Mesmo com o decréscimo populacional que havia ocorrido, elas ainda possuíam uma concentração de pessoas que seria impossível no meio rural. Neste último o isolamento dos indivíduos predominava (DEY, 2015: p.137).³

Sendo assim, os poderosos recorriam a uma pluralidade de “locais de poder” na cidade: palácios, fortificações, igrejas e outros edifícios onde a realeza, a aristocracia e mesmo, raramente, outros segmentos da população demonstravam seu poder. Dessa maneira, basicamente o que a topografia do poder pretende responder é: como pessoas poderosas construíaam os “espaços de poder” e como os mesmos, por sua vez, construíaam pessoas poderosas (DE JONG, 2001: p. 533). Esta concepção, portanto, tem

como principal interesse a conexão da topografia física com a contraparte mental do poder.

No contexto deste estudo pode-se dizer que a audiência do rei na questão da construção da igreja seria a aristocracia e o povo em dois sentidos. Primeiramente, constatando o fato de que a Igreja Saint-Germain-des-Prés estava fora das muralhas próxima à estrada que seguia para a Aquitânia, podemos afirmar que sua audiência seria aqueles que estavam chegando à cidade a partir de sua porta direita. Os aristocratas possuíam muitos territórios na região da Île-de-France (região atual em volta da cidade de Paris) como podemos constatar pelos documentos guardados pela Igreja Saint-Denis e quando se dirigissem para a cidade de Paris iriam se deparar com a Igreja Saint-Germain-des-Prés (WICKHAM, 2005: p. 193). Além disso, por ocasião do funeral dos reis merovíngios, as pessoas da cidade acompanhavam a procissão fúnebre até a Igreja na área suburbana e dessa maneira também se deparavam com a mesma.

Em segundo lugar, o rei Childeberto pretendia construir um espaço que ficasse associado a sua memória. Seguindo a tradição narrativa, a Igreja Saint-Germain-des-Prés, atualmente a mais antiga da cidade de Paris, foi fundada no século VI após a segunda expedição do rei merovíngio Childeberto I (rei de 511-558) à Espanha em 541. Na cidade de Saragoça o rei recebeu do bispo local a túnica de São Vicente e após sua volta a Paris, ele a doou para a nova igreja que construiu e onde foi enterrado em 558.⁴ Devido a essa relíquia, a igreja foi chamada de Igreja de São Vicente. A partir dos indícios presentes na obra de Gregório de Tours⁵ é possível deduzir que esta história já estava estabelecida na tradição na segunda metade do século VI. Pensando nisso, sua campanha militar vitoriosa, a relíquia recuperada dos hereges (os visigodos só se converteram ao catolicismo na época do rei Recaredo (c.559- 601)) e a Igreja feita para abrigá-la seriam memórias gloriosas do rei cristão; o gládio contra os hereges e um guerreiro valoroso). Assim sendo, toda vez que a relíquia ou o nome da Igreja fossem mencionados o grande feito do rei poderia ser lembrado.

Na construção também possuiu um papel importante o bispo de Paris da época, São Germano (c.496-576) (Germain em francês). Quando ele morreu, foi enterrado em uma capela anexa a essa igreja. Entretanto, no século VIII seu corpo foi transferido para o edifício principal. Ao longo dos séculos, a titulação dessa Igreja foi progressivamente modificada e no século XII será conhecida somente como Igreja Saint-Germain-des-Prés em homenagem a esse bispo. O vocábulo “des-prés”, ou seja, dos prados, presente

na denominação da igreja é provavelmente uma referência ao jardim de Ultrogoda, esposa de Childeberto I, que seria contíguo à Igreja.⁶

Após Childeberto I, quatro ou cinco reis, quatro rainhas e três ou quatro príncipes merovíngios foram enterrados na Igreja Saint-Germain-des-Prés, um número de membros da família real merovíngia maior do que em qualquer outra igreja.⁷ Isso demonstra sua importância na Gália do século VI. O edifício que estamos estudando era ao mesmo tempo uma igreja e uma necrópole, já que quase todos os reis merovíngios de Paris foram lá sepultados. Assim sendo, o aspecto da topografia do poder a ser ressaltado nesse artigo refere-se ao poder no cemitério.

O poder nos cemitérios relaciona-se ao fato de que claramente as tumbas explicitam status, riqueza e o poder da pessoa enterrada (HARKE, 2001: p.24-28). Os objetos enterrados juntos às tumbas merovíngias, os cabelos compridos e os funerais serão explicitados e a partir deles será feita uma análise sobre como podiam demonstrar o poder dos reis para a aristocracia a partir da concepção de que ele seria o primeiro entre seus pares. Assim sendo, ele fazia parte da aristocracia e possuía elementos em comum com a mesma. Contudo, ao mesmo tempo exibia atributos que o diferenciavam e o colocavam como primeiro dentre esse grupo e, por isso, apto a governar.

Por fim, é necessária uma definição precisa em relação ao o que chamamos de “duas tradições do rei medieval” em relação ao grande debate entre os chamados romanistas e os germanistas do século XIX e início do XX. Basicamente o primeiro grupo considerava que a Idade Média possuía elementos romanos predominantes em sua constituição e o segundo grupo considerava os elementos germânicos predominantes. Estas abordagens baseavam-se em um conceito de romanização como uma total imposição da cultura romana sob “povos sem cultura”. A cultura romana seria parte do processo de civilização dos bárbaros (WOOLF, 2003). Atualmente, a considera-se que foi a cultura galo-romana e não simplesmente romana que entrou em contato com os francos no norte da Gália.

O trabalho aqui proposto analisa a concepção de poder da dinastia merovíngia como algo proveniente de elementos das duas tradições e não há sentido em indagar qual teria sido predominante. Na realidade, as duas tradições não estavam de maneira alguma separadas na época para podermos fazer essa consideração. As duas tradições da concepção de realeza enunciadas acima são somente ferramentas utilizadas pelo

historiador para melhor organizar as considerações sobre a sociedade e não partes separadas da realidade social.

Os enterramentos merovíngios

O primeiro aspecto a ser analisado neste artigo em relação à tradição germânica refere-se aos enterramentos. O que existiu de mais característico nos enterros de todo o período merovíngio foi a colocação de objetos com o corpo morto na tumba. Estes objetos demonstram a riqueza do rei e da aristocracia. A partir desses sepultamentos, o rei mostrava que era pertencente à aristocracia (ou *leudes*) e garantia a lealdade dessa a partir da prática da troca de presentes. A última pode ser vista em diversas ocasiões a partir da obra de Gregório de Tours como, por exemplo, no reinado de Teudberto I (c.500-548). Em 534, quando o pai do último, Teuderico I, morre, seus tios Childeberto I e Clotário I tentam tomar o reino. Teudberto, já um guerreiro respeitado na época, distribui presentes para sua aristocracia, garante a lealdade da mesma, sua ascensão ao trono e faz com que o plano de Childeberto I e Clotário I fracasse (DLH III, 23).

A origem destes enterramentos deve ser procurada em tumbas já presentes na Gália desde o final do século IV d.C. Estes sepultamentos foram identificados por muito tempo como de membros de povos germânicos assentados na Gália, os *laeti*. Entretanto, as fontes históricas informam que os primeiros assentamentos desses foram feitos no período em torno de 300 d.C, enquanto este estilo de enterramento só começa a aparecer no final do século IV d.C (HALSALL, 2010: p. 94). Além disso, a baixa posição social dos *laeti* não seria compatível com a opulência de muitos objetos encontrados nestes enterramentos.

Demonstrando a similaridade desse novo estilo de sepultamento com o anteriormente utilizado na Gália, G. Halsall argumenta que estes enterramentos seriam pertencentes às aristocracias galo-romanas. A partir da fraqueza da autoridade imperial romana na área, essas teriam começado a ocupar o vácuo de poder e demonstrar o mesmo a partir dos objetos postos em suas tumbas. Para ele, não seria coincidência que o pico desse tipo de enterramento seria ao mesmo tempo das atividades dos grupos bagaudas. Quando a autoridade no norte da Gália foi restaurada por Aécio, general romano do século V, os sepultamentos faustosos teriam apresentado certo declínio. A ausência desses enterramentos ao sul do rio Loire seria explicado pela maior

continuidade do poder, sem nenhum vácuo para ser preenchido por novas aristocracia. As antigas famílias do sul possuíam seu poder estabelecido há algum tempo. Logo após a desagregação do império romano a substituição pelo poder dos novos reinos romano-germânicos teria ocorrido de maneira muito mais suave do que no norte (HALSALL, 2010: p. 106).

Outras interpretações como a de E. James identificam os enterramentos como dos *foederati*, povos inteiros assentados no Império Romano a partir do século IV. Ele afirma que as tumbas femininas deste estilo encontradas seriam claramente germânicas. Os ornamentos femininos como broches de bronze seriam tipicamente germânicos, considerando o fato de que não são achados somente no norte de Gália, mas também entre os rios Elba e Weser (JAMES, 1988: p. 46). Halsall discorda dessa posição ao ressaltar que a distribuição dos enterramentos cobre praticamente toda a Gália acima do Loire, enquanto as fontes escritas só atribuem aos *foederati* algumas áreas específicas no norte da Gália (HALSALL, 2010: p. 94).

Os dois autores citados, não obstante, concordam em um ponto: esses não podem ser enterramentos de germanos recém-chegados. Como não existem sepultamentos como esses entre o Elba e o Reno, parece que os francos, anteriormente ao seu assentamento no Império Romano, não enterravam seus objetos nas tumbas. Os sepultamentos da chamada Germânica Livre eram ou a cremação, como na Saxônia, ou outros ritos invisíveis arqueologicamente. O único caso em que isso ocorria era o da cultura *Haßleben-Leuna*, muito afastada cronologicamente (300 d.C) e espacialmente (parte central da Germânia Livre) do norte da Gália (HALSALL, 2010: p. 101). Assim sendo, os enterramentos podem ser pertencentes somente às aristocracias galo-romanas como indica Halsall ou às aristocracias de uma cultura formada por elementos da cultura germânica e da galo-romana defendida por James. O primeiro autor desconsidera os contatos das populações germânicas com o Norte da Gália no *limes* pelo menos desde o século II (GEARY, 1988: pp.57-61). Sempre é destacada a influência romana sobre os povos germânicos, porém a influência germânica é muito ignorada. Além disso, o processo de acomodação dos germanos no Sul levou a uma aparente (porém, não real) continuidade de poder. O poder imperial nunca se estabeleceu no Norte como no Sul, inclusive devido à concepção romana de que quanto mais próximo do Mediterrâneo mais seria civilizada a população do local. Consequentemente, a aristocracia do Norte era menos poderosa e a afirmação germânica foi mais explícita. Por fim, a presença nas

tumbas masculinas de machados feitos para serem arremessados é um fator que pode corroborar a hipótese do segundo autor. No século VI, esses machados são somente achados em áreas de francos e são vistos como particularmente francos. Isso é comprovado pelo fato de que esses terminam por serem conhecidos como *Franciscas* (JAMES, 1988: p. 48).

O melhor exemplo de um túmulo faustoso proveniente dessa nova cultura é o de Childerico I (c.441-481), pai de Clóvis I e avô de Childeberto I. Em 1653 foi descoberto fortuitamente um sepultamento e a publicação de seu conteúdo foi feita por Jean-Jacques Chiflet (PERIN, 2006: p. 29-36). Foram identificados diversos objetos que poderiam ser identificados como da tradição germânica como um bracelete de ouro maciço, uma espada, abelhas de ouro e o machado ao qual nos referimos no parágrafo anterior. Ao mesmo tempo, foram encontrados objetos que poderiam ser classificados como de um oficial superior romano como uma fíbula cruciforme de ouro e principalmente o anel sigilado representando o rei cabeludo portando o paludamento (manto utilizado por oficiais militares romanos) e segurando uma lança com a inscrição *CHILDERICI REGIS* (JAMES, 1988: p. 61). Estes objetos claramente representam o que conhecemos sobre sua vida a partir das fontes escritas (SILVA, 2008: p. 184-185). Alto funcionário romano e rei dos francos, Childerico I é um bom exemplo dos homens de uma cultura nova proveniente de elementos das culturas galo-romana e germânica.

Se, como argumentamos acima, os enterramentos faustosos já seriam resultado de uma cultura com elementos romanos e germânicos no final do século IV, portanto, no século VI estariam consolidados como forma de demonstrar o poder entre os habitantes do norte da Gália. Isto posto, podemos utilizá-los para demonstrar uma maneira de legitimação do poder não somente germânicos, mas de uma cultura nova com elementos germânicos e elementos galo-romanos. Podemos agora nos concentrar em alguns casos específicos de tumbas posteriores à de Childerico I para que possamos analisar como isso se dava nos séculos VI e VII. Três exemplos de enterramentos merovíngios serão mencionados aqui devido a sua importância em relação ao objetivo deste artigo: a tumba da rainha Aregunda, a tumba “princesca” de Colônia e finalmente as tumbas do rei Childerico II (c.655-675) e de sua esposa Belechilde (c.654-675).

Em 1959, quando foi organizada uma escavação da basílica de Saint-Denis, Michel Fleury encontrou uma sepultura feminina de riqueza excepcional. Dentre as joias e acessórios podem ser citados: um broche em placa de ouro destinado a manter

um véu sobre a cabeça, brincos de ouro, um par de fibulas de ouro misturado com grenato (um mineral) e principalmente um anel de ouro com a inscrição: *ARNEGVNDIS* (PERIN; RICÉ, 1996: p.47). A partir desse achado Michel Fleury concluiu que era possível identificar a rainha Aregunda, mencionada por Gregório de Tours como uma das esposas de Clotário I (c.498-561), mãe de Chilperico I (c.525-584) e nascida aproximadamente em 538. Considerando que ela deveria ter dado à luz Chilperico I quando possuía de 15 a 20 anos de idade e se apoiando em uma data de aproximadamente 45 anos para sua morte a partir dos restos fragmentários de ossos, a data de sua morte foi fixada entre 565 e 570 por Fleury. Os estudiosos apresentaram opiniões contrastantes sobre esse achado. De acordo com E. James, atualmente a evidência arqueológica aponta contra a identificação deste túmulo como sendo pertencente à rainha Aregunda devido ao fato de que os objetos do enterramento apontariam para uma sepultura do século VII (JAMES, 1988: p.156-157). Erlande-Brandenburg, todavia, aceita a identificação sem nenhuma ressalva em relação à datação (ERLANDE-BRANDENBURG, 1975: p.33) Seguiremos, entretanto, o argumento oferecido por Patrick Périn de que a identificação da sepultura à rainha Aregunda é correta, entretanto é preciso revisar a datação de Fleury em relação a sua morte. Os objetos enterrados junto ao corpo podem ser datados entre o final do século VI e o início do VII e, portanto, uma morte da rainha com uma idade mais avançada, como 65 anos de idade, seria mais provável. Assim, ela teria morrido entre os anos 580 e 590. A estimativa óssea feita a partir de ossos fragmentários de uma pessoa adulta é sempre difícil e por isso a datação de Fleury estaria equivocada (PÉRIN, RICÉ, 1996: p.48).

No mesmo ano dessa descoberta, houve uma escavação comandada por Otto Doppelfeld em uma tumba impressionante encontrada em 1946 na Catedral de Colônia (PÉRIN, RICÉ: p. 113-115). Nela estava contido o corpo de um menino de seis anos de idade deitado em uma cama de madeira e, próximo a essa, uma cadeira. Além disso, foi encontrado um pequeno capacete pendurado na cadeira e perto da cama encontravam-se armas como uma espada longa, a *francisca*, um arco com algumas flechas e um escudo. No lado esquerdo do menino estava presente uma vara de madeira retorcida. A partir da madeira encontrada foi possível datar esse enterramento de c. 537.

Os estudiosos debatem a possibilidade de este enterramento ser ou não da realeza. É verdade que não podemos encontrar nenhuma referência a um local preciso de sepultamento de qualquer rei em Colônia ou mesmo em todo reino posteriormente

conhecido como Austrásia.⁸ Não se pôde identificar claramente quem seria esse personagem. Entretanto, ele podia ser descendente da dinastia real de Colônia, os francos ripuários, que possuiu como último rei, Cloderico (c.485-508) (JAMES, 1988: p. 155). Se assim for, isso pode significar que a dinastia real de Colônia continuou a possuir algum tipo de status largamente reconhecido na região. Os francos ripuários juraram lealdade a Clóvis após a batalha de Vouillé em 507 e a partir desse momento foram governados por merovíngios. Entretanto, é interessante notar que Teuderico I (c.485-534), o primeiro rei dessa região após Clóvis, era filho de uma nobre desta região que havia se casado com o rei anteriormente a Clotilde. Isso demonstra que essa localidade possuía uma identidade própria e tradições que não foram esquecidas após a unificação feita por Clóvis. Outra possibilidade a ser considerada é a de que fosse um membro desconhecido da família de Teuderico I. Isso posto, parece-me razoável atribuir o enterramento do menino a um membro da família real devido também à presença da vara consagrada que será detalhadamente explicada mais abaixo.

As últimas sepulturas a serem consideradas aqui se revelam como as mais importantes no âmbito deste artigo por se tratarem de tumbas encontradas dentro da Igreja Saint-Germain-des-Prés. Estas são as únicas sepulturas em que podemos encontrar dentre todos os reis merovíngios que, a partir das fontes escritas, estariam enterrados neste edifício.

Nos anos de 1645-1646, na ocasião da construção de um novo altar na Igreja Saint-Germain-des-Prés, foram encontradas várias sepulturas. Essas foram abertas e, pelo que parece, seus objetos interiores foram desordenados. Dez anos depois novos trabalhos foram efetuados no santuário da igreja. Nessa segunda ocasião, as tumbas (ou melhor, os jacentes) dos reis merovíngios foram movidas, dentre elas as sepulturas de Childerico II e Bilichilde. Conhecemos esses acontecimentos somente a partir da obra de Dom Bouillart, religioso da Igreja de São Germano que escreve em 1724. Apesar da distância no tempo, esta fonte seria, pelo que parece, confiável devido a uma tradição transmitida oralmente dentro da Igreja (PÉRIN; RICHE, 1996: p. 96). Segundo Dom Bouillart, o conteúdo de várias tumbas estaria intacto e nelas seria possível observar corpos enroladas com sudários ou ainda vestidos. Outros túmulos haviam sido violados, notadamente aqueles de Childerico II e Bilichilde. O religioso cita testemunhos sobre os objetos presentes dentro dos dois sepultamentos em 1645. Na tumba de Childerico II haveria: um grande enfeite de ouro em forma de coroa, um pedaço de pano tecido com

ouro que cobria seu rosto, espadas e uma cinta com ornamentos de prata. Outra descrição, segundo ele, da mesma tumba revelava uma espada enferrujada, pequenas placas de prata, pedaços de cortiço (rolha) e de couro, um grande vaso de vidro onde seriam guardados perfumes e principalmente uma grande vara de madeira da largura da tumba (BOUILLART, 1724: p. 252).

Na tumba de Bilichilde, segundo os testemunhos escritos por Dom Bouillart havia o corpo completamente vestido e um coxim de ervas odorizantes sobre toda sua cabeça. Entretanto, na época de Dom Bouillart, havia somente uma vara de madeira rompida em dois e algumas ervas odorizantes (BOUILLART, 1724: p. 253).

E. James demonstra cautela ao afirmar que não é possível nem atribuir esses dois enterramentos a túmulos reais e ainda mais a Childerico II e Bilichilde. Para ele essa deve permanecer uma questão aberta. P. Périn aceita a atribuição das tumbas, entretanto defende que os dois testemunhos em relação à tumba de Childerico II seriam na realidade de enterramentos diferentes. Quanto à Bilichilde, o historiador francês defende que a violação de seu túmulo seria uma realidade devido aos testemunhos.

Erlande-Brandenburg argumenta que as varas que foram encontradas tanto no túmulo do menino de Colônia, quanto nas sepulturas de Childerico II e Bilichilde seriam varas de comando que deveriam singularizar a pessoa real (ERLANDE-BRANDENBURG, 1975: p. 35). Ele dá um exemplo relacionado às cerimônias carolíngias, entretanto esquece-se do período merovíngio. No sétimo dos *Decem Libri Historiarum*, Gregório de Tours (c.538-594) menciona varas consagradas que seriam próprias do costume dos francos ao tratar Gundovaldo e Gontrão⁹ (DLH, VII, 32). É possível que as varas encontradas sejam as mesmas das quais se refere o bispo de Tours. Se esse for o caso, elas seriam um objeto que distinguiria os reis em relação aos demais. Além disso, o fato de serem parte dos “costumes dos francos” parece indicar alguma maneira de legitimação a partir da tradição germânica. Normalmente é assumido que Gregório não mencionaria um elemento pagão em seus escritos, entretanto é possível que esse fosse um elemento germânico do qual o sentido religioso já houvesse sido esvaziado aos olhos do bispo. Seguindo esta linha de pensamento, apesar de pertencente à aristocracia, a vara demonstraria que o rei de alguma maneira seria diferenciado da mesma. Outros elementos que poderiam caracterizar esta diferenciação serão apontados mais abaixo, porém primeiramente é importante que tratemos do sepultamento de Aregunda.

O caso de Aregunda é mais complexo se considerarmos que seu marido, Clotário I, possuiu várias esposas. Gregório de Tours nos fornece o nome de pelo menos seis delas: Chunsina (c.500-?), Guntheuc (c.500-524), Vuldetrade (c.530-570), Radegunda (c.520-587), Aregunda (c.538-590) e Ingunda (c.496-546) (DLH, IV, 2). Da primeira mulher não possuímos nenhuma informação a não ser o fato de que possuiu junto com Clotário um filho chamado de Cram. Este foi morto pelo próprio pai após uma guerra em 560.

Guntheuc era esposa de Clodomiro (c.495- 524), irmão de Clotário I. Após a morte deste rei e de seus filhos, como explicaremos com mais detalhes a seguir, Clotário I a tomou como esposa.¹⁰ Essa parecia ser uma estratégia de Clotário para garantir a conquista dos reinos. Casando-se com as rainhas viúvas logo após a morte dos seus maridos, qualquer filho que elas possuísem poderia seria considerado como seu. Parece que após conquistar o reino de Clodomiro definitivamente, ele teria dispensado a rainha. O rei fez o mesmo com Vuldetrade, esposa de Teudebaldo (?-555), filho de Teudeberto I (mencionado acima). No entanto, após repreensões de religiosos, ele a abandona e arranja seu casamento com Garibaldo (c.540-593), duque da Bavaria (DLH, IV, 9).

Radegunda era, segundo Gregório de Tours, uma princesa do reino da Turíngia, atualmente uma região da Alemanha (DLH, III, 7). Na década de 530, Teuderico I e Clotário I entraram em guerra com este reino, o dominaram e o segundo levou como espólio de guerra Radegunda. Após algum tempo Clotário casou-se com a princesa, entretanto, houve a separação dos dois quando Radegunda desejou se consagrar monja e fundou o que seria posteriormente conhecido como Monastério da Santa Cruz. Ela foi enterrada na Igreja de Santa Maria Extramuros, mais tarde renomeada de Igreja de Santa Radegunda, em Poitiers.

Ingunda e Aregunda eram irmãs. A primeira havia tido com Clotário I uma série de filhos: Guntário (c.517-?), Childerico (c.518-?), Cariberto (c.521-567), Gontrão (c.532-593) e Sigeberto (c.535-575). Os dois primeiros morreram ainda jovens, entretanto, os três últimos assumiram os diferentes reinos juntamente a Chilperico I, filho de Aregunda, quando Clotário faleceu em 561. Segundo o relato do bispo de Tours, Ingunda havia pedido para este rei encontrar um marido para sua irmã Aregunda. O rei aceitou o pedido, todavia, afirmou que não haveria marido melhor para ela do que ele mesmo e, dessa maneira, casou-se com Aregunda (DLH, IV, 2).

Não possuímos nenhuma certeza quanto à ordem das esposas cronologicamente ou mesmo se Clotário I teria possuído mais de uma esposa ao mesmo tempo. Como não existem informações sobre nenhuma esposa enterrada ao seu lado, parece que nenhuma delas permaneceu claramente como sua esposa na memória coletiva. Radegunda e Aregunda, as únicas das quais possuímos informações sobre o sepultamento, foram enterradas na Igreja de Santa Maria Extramuros e na Igreja de Saint-Denis e não na Igreja de São Medardo com Clotário I.

Se a tumba de Aregunda não possui a vara consagrada, somente um anel sigilado com seu nome, ao mesmo tempo essa se encontra sem nenhum tipo de distinção das demais na Igreja de Saint-Denis. Assim sendo, podemos inferir que Aregunda ou qualquer outra das mulheres de Clotário¹¹ não possuía o mesmo prestígio de outras esposas claramente identificadas com seus reis como são os casos de Clotilde (c.474-545), Ultrogoda (c.510-?) e Bilichilde.¹² Todas estas esposas foram enterradas na mesma igreja dos reis, considerando o fato de que oficialmente eram suas únicas esposas e assim permaneceram na memória coletiva.

Finalmente, se possuímos os relatos sobre Childerico II e Belichilde, não podemos afirmar o mesmo em relação aos outros membros da família real merovíngia, considerando que Dom Bouillart simplesmente escreve que:

Muitos reis e rainhas, príncipes e princesas da primeira raça tiveram sua sepultura na Igreja Saint-Germain-des-Prés. Suas tumbas não possuíam nenhuma magnificência ou distinção. Eles estavam no máximo um pouco elevados na terra, ou sem elevação, e cobertos com uma simples pedra, como nós mencionamos ao falar de Ultrogoda esposa de Childeberto, de Clotário II e de Berturde sua esposa, os quais ficaram no seu primeiro estado até 1656. É necessário, entretanto, fazer uma exceção para a tumba de Fredegunda, a qual está ornada de marquetaria [...] Nós já dissemos que as tumbas de Childeberto II e de Chilperico parecem ter sido movidas no século onze, quando a Igreja foi reconstruída (BOUILLART, 1724: p. 317).

Existe a possibilidade que boa parte destas tumbas já tivesse sido saqueada. Sendo esse relato escrito no século XVII, é preciso levar em consideração os conflitos e as consequências das chamadas Guerras de Religião na França do século XVI. Além disso, as escavações feitas em 1807 não encontraram nenhuma das tumbas mencionadas por Dom Bouillart, portanto, é possível que os trabalhos de reconstrução de 1644 e 1656 tenham-nas violado, realocando-as ou mesmo tornando-as não identificáveis. Mesmo

que esse não tenha sido o caso, as destruições sistemáticas decorrentes da Revolução Francesa no final do século XVIII podem tê-lo feito.

Os reis cabeludos

O segundo elemento a ser considerado nesse artigo refere-se aos reis merovíngios como *reges crinitos* ou “reis cabeludos”, abordado por Gregório de Tours ao longo de sua obra. Ao tratar sobre os francos na época anterior a Clóvis, o bispo escreve que “(eles) escolhiam para governá-los reis cabeludos, oriundos da mais antiga e, segundo se diz, mais nobre família dentre eles [...]” (DLH, II, 9). A partir de afirmações como essa, muitos estudiosos associaram o cabelo longo como algo distintivo da dinastia merovíngia, enquanto outros contestaram esta associação.

Para demonstrar alguns dos argumentos elencados por esses historiadores, nesse artigo dois episódios relacionados aos cabelos longos serão destacados: um relacionado às circunstâncias da morte dos filhos de Clodomiro e outro ligado à infância e legitimidade régia de Gundovaldo (?-585).

O primeiro episódio está relacionado à morte de Clodomiro na Batalha de Vézeronce contra os burgúndios em 524. Após esse fato, seus filhos serão cuidados por Clotilde, esposa de Clóvis, mãe de Clodomiro e conseqüentemente avó dos três meninos. Em 533, segundo Gregório de Tours, percebendo a proximidade de sua mãe em relação aos meninos, Childeberto I envia uma mensagem para seu irmão Clotário I. Nessa, o primeiro afirma:

Nossa mãe guarda com ela os filhos de nosso irmão, e quer dar a eles o reino. É necessário que você venha imediatamente à Paris, e que, nós dois reunidos em conselho, determinemos o que devemos fazer com eles, saber se nós cortaremos seus cabelos, como o resto do povo, ou se, matando-os, nós dividiremos igualmente entre nós o reino de nosso irmão (DLH, III, 18).

Ao ouvir isso a rainha Clotilde teria dito: “Se nós não os elevaremos ao trono, eu prefiro os ver mortos a (com cabelos) aparados” (DLH, III, 18).

O segundo episódio refere-se a Gundovaldo, um pretendente ao trono dos francos a partir do fato de que seria um filho legítimo de Clotário I. Ao descrever sua infância, Gregório de Tours afirma que uma mulher teria levado Gundovaldo a esse rei

afirmando que o menino seria seu filho. O rei, entretanto, “tendo-o visto, ordena que cortassem seu cabelo, dizendo: “Ele não nasceu de mim”” (DLH, VI, 24). Após a morte de Clotário I, Cariberto teria aceitado Gundovaldo como parente, entretanto, Sigeberto I corta seu cabelo mais uma vez.

Ao analisar os dois episódios, E. Fabbro constata que cortar o cabelo de uma criança era uma maneira de negar a paternidade da mesma; uma maneira de diminuir o status da criança. Dessa maneira, os filhos de Clodomiro não teriam sido legitimados pelo pai e ao cortar seus cabelos, estaria claro que não seriam seus filhos legítimos. Clotário I, ao cortar o cabelo de Gundovaldo, simplesmente afirmaria que ele não era seu filho. Para esse autor a única passagem que afirma claramente que o cabelo dos reis era um sinal distintivo da realeza merovíngia é encontrada na obra de Agathias, escritor bizantino do século VI: “[...]Não é nunca correto para os reis francos cortar seus cabelos; ao invés disso, seu cabelo nunca é cortado desde sua infância [...] Esse é um costume para diferenciá-los como uma marca distinta e prerrogativa especial para a casa real. Seus súditos têm seus cabelos curtos e não lhes é permitido deixá-los crescer” (FABRO, 2012: p. 38).

O autor argumenta contra a confiabilidade dessa passagem apresentando o argumento de que relato da batalha de Clodomiro descrito por Agathias é muito diferente do relato de Gregório de Tours e de que esse autor possuía uma necessidade de contar uma história curiosa sobre os bárbaros nos padrões da historiografia clássica. Para Fabbro, nenhuma das outras fontes poderia afirmar a ligação entre a dinastia merovíngia e os cabelos longos. Entretanto, mesmo aceitando seus argumentos contra a passagem de Agathias, existem problemas com o argumento defendido por esse autor.

Primeiramente, o autor pressupõe que os filhos de Clodomiro não eram legítimos, entretanto essa informação não está nas fontes. Os meninos já possuíam certa idade e Clodomiro não possuía outros herdeiros. Porque não teria aceitado-os como filhos legítimos? Além disso, se o autor não vê outra passagem capaz de comprovar a ligação dos cabelos com os reis merovíngios, este não é o caso do autor deste artigo. Ao falar sobre Gundovaldo, Gregório de Tours escreve que: “Nascido na Gália, ele havia sido cuidado com grande zelo, instruído nas letras e, segundo o costume dos reis, possuía cabelos longos sobre os ombros” (DLH, VI, 24). Assim sendo, parece que Gregório claramente associa o cabelo grande aos reis merovíngios.¹³

Isso posto, uma segunda questão referente ao debate dos reis cabeludos relaciona-se ao fato de serem somente um símbolo de realeza ou se também seriam um símbolo de santidade. A segunda opção caracterizaria a legitimidade do rei merovíngio a partir de uma sacralidade pagã. Historiadores como Miller foram ainda mais longe ao afirmar que mesmo que os reis tenham se convertido ao cristianismo, a população continuaria pagã e, portanto, a legitimidade dos reis merovíngios só poderia ser atingida a partir dessa sacralidade. (MILLER *apud* FREITAS, 2015: p. 209).

Para refutar o argumento de Miller podemos oferecer o exemplo de Marcelo Cândido da Silva. Este autor demonstrou como a cristianização da *utilitas publica* romana dava legitimidade ao rei merovíngio. Esse conceito do passado romano referia-se à autoridade pública dos oficiais do Império romano, entretanto, o cristianismo acabou por impor-se sobre ele a partir da segunda metade do século VI. Assim sendo, era associado ao ato de governar um conjunto de deveres morais em relação aos governados. Seria responsabilidade dos reis zelar pela estabilidade do reino, ou seja, pela paz do reino. Essa paz não valia em si mesma, ela era necessária como pré-condição para a salvação dos súditos (SILVA, 2008: p.284). A participação dos bispos seria fundamental para essa salvação. O cristianismo mostrava-se também como uma forma de legitimação.

Mais especificamente em relação aos cabelos compridos dos reis, normalmente assume-se que Gregório de Tours não os abordariam caso fossem um símbolo reconhecidamente pagão. Essa afirmação parece-nos correta assumindo que o bispo de Tours faz o mesmo ao não mencionar a lenda de nascimento de Meroveu, depois abordada na Crônica de Fredegário (WOOD, 1994: p. 37). No entanto, mesmo se Gregório de Tours não acreditasse que o elemento de que estava escrevendo era pagão, o mesmo ainda poderia tê-lo sido em sua origem. Tanto o cabelo grande como as varas consagradas mencionadas anteriormente nesse texto parecem ser costumes da tradição germânica. Ela estava presente e, ainda que esvaziada de sentido religioso para bispos como Gregório, continuava a significar que o rei merovíngio seria de alguma maneira diferenciado mesmo para germanos convertidos ao cristianismo. Associando as duas tradições, os reis merovíngios pretendiam ser considerados membros de uma linhagem portadora de um poder especial identificando na Igreja o espaço onde esse poder podia ser contido (FREITAS, 2015: p. 210).

Os funerais dos membros da família merovíngia

Os dois elementos analisados anteriormente, ou seja, os objetos colocados nas tumbas dos reis merovíngios para mostrar seu poder e diferenciação e o característico cabelo longo associado à dinastia eram articulados a partir de um momento em comum: o funeral dos membros da família real merovíngia.

Dentre as fontes que possuímos para o período merovíngio somente Gregório de Tours e Venâncio Fortunato informam-nos sobre os funerais dos membros da família real. A partir deles podemos observar que primeiramente, quando um rei morria, seu corpo era lavado e eram colocadas em seu corpo roupas que convinham a seu status. Essas ações eram feitas, pelo que parece, somente por personagens de grande status no reino. No caso de Chilperico I, assassinado em 584 na floresta de Chelles, foi o bispo de Senlis, Malulfus, que se encarregou desse papel (DLH, VI, 46). No caso de seu filho, Teudeberto, morto em 575, um duque chamado Arnoul foi o responsável (DLH, IV 50).

O transporte do cadáver para a igreja em que seria sepultado se dava em um tipo de maca fúnebre carregada por diversos homens. Isso pode ser visto no caso do funeral citado por Gregório de Tours para Radegunda (GC, 104) e para o funeral de Galswinta citado por Venâncio Fortunato (Carm, VI, 5). O segundo autor menciona a presença de listras nessa maca. Esse fato indica a possibilidade de que talvez houvesse algum tipo de decoração com signos do poder régio, que faziam com que a maca fosse exclusiva da família real (ERLANDE-BRANDEBURG, 1975: p. 5). Essa maca era seguida por uma procissão fúnebre composta pelos membros mais próximos da família, como no caso de Clotilde por Chilperico I e Clotário I e no caso do corpo do segundo, acompanhado por seus quatro filhos: Chilperico, Cariberto, Sigeberto e Gontrão. Aos membros mais próximos da família também se juntavam o bispo, o clero da cidade e outros habitantes da cidade como podemos ver a partir do funeral de Clóvis, filho de Chilperico I, oferecido por Gontrão após ter encontrado o corpo do sobrinho (DLH, VIII, 10). Essa procissão passava pela cidade e terminava na igreja na qual o membro da família real seria enterrado.

Possuímos informações de que essa era uma prática também adotada pela aristocracia. Quando Germano, bispo de Paris, morreu em 575 foi feita uma procissão até a igreja em que seria enterrado (DLH, V, 8). Mais uma vez o membro da família merovíngia se colocava como um membro da aristocracia, todavia, existe a

possibilidade de que um maior número de pessoas na sua procissão e uma cerimônia mais suntuosa o diferenciasssem das outras famílias da Gália. O melhor exemplo disso é o da procissão fúnebre de Clotilde, esposa do rei Clóvis. É possível que essa tenha ocorrido ao longo de rios (provavelmente os rios Loire e Sena) entre todo o caminho de Tours a Paris e a partir da grande distância percorrida pode demonstrar sua grande importância (DLH, IV, 1).¹⁴ Além disso, ao constatar a passagem de Gregório de Tours sobre o enterro de Radegunda, podemos deduzir que os corpos eram transportados nas macas sendo expostos para todos (GC 104). Ao passar por toda cidade com o cabelo comprido, o corpo dos membros da família real ainda demonstrava o poder sobrenatural ligado à dinastia merovíngia diferente de todos os outros membros da aristocracia. O corpo de Clóvis, filho de Chilperico I, pôde ser reconhecido por Gontrão, seu tio, pelo cabelo longo e ao mesmo tempo houve uma procissão suntuosa para o falecido. Aos membros mais próximos da família também se juntaram-se o bispo, todo o clero e outros habitantes da cidade (DLH VIII, 10).

Um terceiro momento de diferenciação em relação à aristocracia poderia se dar a partir da chegada à igreja onde o rei seria enterrado. Parece que os edifícios construídos pela aristocracia nunca foram tão importantes como as igrejas construídas pelos reis merovíngios tanto na perpetuação de sua memória quanto na suntuosidade dos edifícios. Os sítios arqueológicos merovíngios de Arlon e Hordain parecem ser dois casos de igrejas fundadas por membros da aristocracia. No segundo deles encontramos enterramentos com objetos suntuosos como é o caso de *Endulus*, bispo de Toul de c.600 a 622 e de *Praetora*, mulher de origem aristocrática do século VII (JAMES, 1988: p 147). Porém, nenhum dos dois espaços é mencionado em nenhuma obra e ao mesmo tempo são apenas construções modestas.¹⁵

Foram encontrados também enterramentos merovíngios diversos nas igrejas em que os reis merovíngios foram enterrados (PÉRIN; RICHÉ, 199). Entretanto, nenhum desses membros aristocrático pode ser identificado por qualquer fonte. Parece que estas igrejas, ao serem construídas pelos reis merovíngios e serem eles os primeiros enterrados nelas, ligavam a sua memória a elas. A Igreja Saint-Germain-des-Prés, por exemplo, continua a ser lembrada pela grande expedição e pela presença do corpo de Childeberto I até o século XII. Esses dois fatos estão registrados na chamada Vida de São Droctoveu, escrita por Gislemar, chanceler da Igreja Saint-Germain-des-Prés (DÉRENS, 1972: p.231-232).

Sendo assim, o funeral do rei merovíngio pode ser compreendido a partir da perspectiva de uma performance. Tanto na procissão quanto no momento em que eram postos os objetos nas tumbas dos membros da família merovíngia, existia uma demonstração de um poder diferente do da aristocracia. O funeral servia aos propósitos de exibição de poder e reforço da memória do rei.

Conclusão

O artigo teve como objetivo demonstrar o fato de que o rei merovíngio seria ao mesmo tempo membro da aristocracia, porém em certo sentido, também superior a ela. Assim sendo, ao serem postos objetos de alta suntuosidade em sua tumba e a partir das procissões nos funerais, o rei colocava-se como um membro da aristocracia, já que diversos objetos também foram encontrados em tumbas aristocráticas e as procissões também eram feitas pelos membros da aristocracia.

Entretanto, a presença de objetos simbólicos da realeza como, por exemplo, a vara consagrada e uma procissão mais suntuosa poderiam fazer com que aquele fosse visto como um membro diferenciado da sociedade. Ademais, os cabelos compridos e as igrejas em que os reis merovíngios foram enterrados seriam outras duas formas de demonstrar que esta era uma família diferente das outras e, dessa maneira, possuía o direito de governar.

Ao construírem igrejas, os reis merovíngios construíam também “espaços de poder” (como definimos acima pela teoria da topografia do poder) e depois, ao terem seus corpos enterrados neles, colocavam-se como os primeiros de seus pares e legitimavam o poder régio a partir da lógica da tradição germânica.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

- GREGÓRIO DE TOURS. *The History of the Franks*. Ed. Brehaut, Ernest. New York: Columbia University Press, 1916
- GREGÓRIO DE TOURS. *Glory of confessors*. Ed. Raymond Van Dam. Liverpool: Liverpool University Press, 1988.

NIZARD, Charles. *Venance Fortunat: Poésies mêlées*, Paris: Bibliothèque nationale de France, 1887.

Referências Gerais

- BOUILLART, J. *Histoire de l'abbaye royale de Saint-Germain-des-Prés*, Paris, 1724.
- DE JONG, M. Topographies of Power: Some Conclusions. In: JONG; M.; THEUWSM F.; THIJN, C (Eds.) *Topographies of Power in the Early Middle Ages*. Leiden: Brill, 2001, p. 533-545.
- DERENS, J. Gislemar, Historien de Saint-Germain-des-Prés - Journal des savants, N°3, pp. 228-232, 1972.
- DEY, H.W. *The Afterlife of the Roman City: Architecture and Ceremony in Late Antiquity and the Early Middle Ages*. New York: Cambridge University Press, 2015.
- ERLANDE-BRANDENBURG, A. *Le roi est mort : Étude sur les funérailles, les sépultures et les tombeaux des rois de France jusqu'à la fin du XIIIe siècle*. Paris: Arts et Métiers graphiques, 1975.
- FABBRO, E. Conspicuously by their Absence: Long-Haired Kings, Symbolic Capital, Sacred Kingship and other Contemporary Myths - Revista Signum, 2012, vol. 13, n. 1.
- FREITAS, E. C. Gregório de Tours e a Sociedade Cristã na Gália dos séculos V e VI. Niterói: Eduff, 2015.
- GEARY, P. *Before France and Germany: The Creation and Transformation of the Merovingian World*. Ontario: Oxford University Press, 1988.
- HARKE, H. Cemeteries as places of power. In: JONG; M.; THEUWSM F.; THIJN, C (Eds.) *Topographies of Power in the Early Middle Ages*. Leiden: Brill, 2001, pp. 9-30.
- HALSALL, G. *Cemeteries and Society in Merovingian Gaul: Selected Studies in History and Archaeology, 1992-2009*. Leiden: Brill's Series on the Early Middle Ages, 2010.
- JAMES, E. *The Franks. The peoples of Europe*. Oxford: Basil Blackwell, 1988.
- LE GOFF, J. Rei. In: LE GOFF, Jacques ; SCHMITT, Jean-Claude (Eds.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006, pp.395-413.
- PÉRIN, P; RICHÉ, P. *Le dictionnaire des francs: les temps Mérovingiens*. Bartillat, 1996.
- PÉRIN, P. Saint-Germain-des-Prés, première necropole des rois de France - *Médiévales*, N°31, 1996, pp. 29-36.
- ROUCHE, M. *Clovis*. Paris: Fayard, 1996.
- SILVA, M. C. da. *A Realeza Cristã na Alta Idade Média: Os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII)*. São Paulo: Alameda, 2008.

WICKHAM, C. Topographies of power: Introduction. In: JONG; M.; THEUWSM F.; THIJN, C (Eds.) Topographies of Power in the Early Middle Ages, (eds). Leiden: Brill, 2001, pp.1-8.

_____. Framing the Early Middle Ages: Europe and Mediterranean, 400-800. New York: Oxford University Press, 2005.

WOOD, I. N. The Merovingian kingdoms, 450-751. New York: Longman, 1994.

WOOLF, G. Becoming Roman: The Origins of Provincial Civilization in Gaul. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Abreviações

Obras de Gregório de Tours

DLH – *Decem Libri Historiarum*

GC – *Liber in Gloria Confessorum*

Obra de Venâncio Fortunato

CARM - *Carmina*

¹ Professor Associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da da Universidade Federal Fluminense.

² Mestrando em História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

³ Mesmo a capital rural de Carlos Magno em Aix-la- Chapelle (ou Aachen em alemão), chamada de “Nova Roma”, baseava-se na arquitetura das grandes cidades cristãs, principalmente Roma, Ravena e Constantinopla. Construindo-a, Carlos Magno colocava-se lado a lado principalmente com Constantino (c.272-337), aquele que havia criado a primeira “Nova Roma” no século IV. Isso mostra que a cidade ainda era considerada importante como modelo para demonstrar o poder. Para mais detalhes sobre isso ver DEY, 2015: p.236-237.

⁴ Existem elementos (como a expedição e a presença da túnica) desta tradição na obra *Decem Libri Historiae* (Dez Livros de Histórias) de Gregório de Tours na segunda metade do século VI, porém ela só é observada com todos estes detalhes pela primeira vez no documento *Liber Historiae Francorum* datado do século VIII.

⁵ Gregório de Tours nasceu em c.538 e foi bispo da cidade de Tours entre 573 e 594. Possuímos grande parte das informações do período merovíngio a partir de suas obras. Essas foram: Dez livros de História (*Decem Libri Historiarum*) e oito livros de milagres (quatro livros de milagres de São Martinho (*De Virtutibus S. Martini ep.*); um livro de milagres de São Juliano (*De Passione et Virtutibus S. Juliani*); um livro de milagres dos mártires (*In Gloria Martyrum*); um livro de milagres dos confesores (*In Gloria Confessorum*) e um livro sobre a vida dos Pais (*Vitae Patrum*)).

⁶ Este jardim é descrito por Venâncio Fortunado, poeta do século VI, em um poema de sua obra *Carmina* que pode ser encontrado em NIZARD, Charles. Venance Fortunat: Poésies mêlées. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 1887, p. 165-166.

⁷ Os reis são Childeberto I, Chilperico I (c.525-584), Clotário II (c.584-629), Childerico II (c.650-675) e Cariberto (c.521-567). Nenhum documento da época menciona o local de enterramento do último. Entretanto, considerando que a capital de seu reino era Paris e que Dom Bouillart, religioso da Igreja Saint-Germain-des-Prés do século XVIII assume que ele foi enterrado nessa igreja (talvez a partir de fontes que não possuímos atualmente), podemos supor que este rei lá foi sepultado também. Falaremos mais sobre Childerico II no próprio artigo (pag.5). As rainhas são Ultrogoda (c.510 -567?) (esposa de

Childeberto), Fredegunda (c.545-597) (esposa de Chilperico), Bertrude(?-c.619) (esposa de Clotário II) e Bilichilde (c.654-675)(esposa de Childerico II). Os príncipes são Sansão (c. 573-577), Teodorico (c.582-584), Clóvis (c.555-580) e Meroveu (c. 552-577). Todos esses eram filhos de Chilperico I. Dentre eles o local de enterramento de Sansão é o mais incerto. Levando em consideração que a passagem que trata sua morte é logo a seguir ao Concílio na Igreja dos Santos Apóstolos em Paris e o fato de que depois Teodorico e o próprio Chilperico serão enterrados em Saint-Germain-des-Près, é possível que tenha sido lá enterrado.

⁸ Exceção feita ao caso de Sigeberto I, enterrado na Igreja de São Medardo em Soissons.

⁹ Entre o final do século V e início do VI Santa Genoveva fez o percurso inverso, ou seja, foi de Paris a Tours. De acordo com a Vida dedicada a ela, podemos observar que a santa se deslocou de uma cidade a outra por meio de rios (ROUCHE, 1996: p.486). Dessa maneira, no ano de 542 (ano da morte de Clotilde), é provável que a maneira de se deslocar entre as duas cidades fosse a mesma.

¹⁰ Seguimos a cronologia proposta anteriormente no artigo.

¹¹ Excetuando-se o caso de Radegunda. Essa se torna santa após a sua morte e por isso possui um prestígio elevado por si mesma e não relacionado a Clotário I.

¹² Esposas de Clóvis, Childeberto I e Childerico II respectivamente.

¹³ Fabbro apoia sua conclusão a partir de uma tradução diferente da que normalmente é feita para essa passagem. Para ele a passagem seria “Nascido na Gália e cuidado com muito zelo, como é pratica desses reis, ele tinha cabelo grande nas costas, e educado nas letras, foi apresentado para o rei Childeberto por sua mãe”.

¹⁴ Entre o final do século V e início do VI Santa Genoveva fez o percurso inverso, ou seja, foi de Paris a Tours. De acordo com a Vida dedicada a ela, podemos observar que a santa se deslocou de uma cidade a outra por meio de rios (ROUCHE, 1996: p.486). Dessa maneira, no ano de 542 (ano da morte de Clotilde), é provável que a maneira de se deslocar entre as duas cidades fosse a mesma.

¹⁵ Para mais detalhes ver a obra de JAMES , 1988, p.145-147.